

ing nothing new. The author herself argues that resulting ethnic identity of the Sudanese is ambiguous, allowing them to make claims for their own uniqueness while simultaneously acknowledging the identity that they share with Egyptian and Arab communities. “Sudanese remain ambivalent about the extent of their ‘differences’ from Egyptian society” (169). However, claiming moral superiority contradicts the ethics of *adab* in the Muslim-Arab culture. Further, in a prototypical stereotype context, a group claims that it is superior to the other group being stereotyped. The problem the book faces is essentialism as represented in Sudanese moral superiority, on the one hand, and in making Sudanese exiles represent the Sudanese typical identity, on the other. Most chapters draw on formerly published articles causing unnecessary repetitions throughout the book.

Despite these shortcomings, the book is a welcome contribution to the study of diaspora in general and Sudanese diaspora in Egypt in particular.

el-Sayed el-Aswad

Giobellina Brumana, Fernando: Diarios de la India. Experiencia de campo con una hechicera brasileña. Barcelona: Laertes, 2009. 192 pp. ISBN 978-84-7584-652-1. Precio: € 15,00

Este libro narra en primera persona la “cocina” del primer trabajo de campo intensivo de Fernando Giobellina Brumana, prolífico etnólogo argentino dedicado al estudio de las religiones subalternas brasileñas. En rigor se trata de un diario que relata el comienzo de la investigación del culto umbanda, y más precisamente los vaivenes de la relación de su autor con una *quimbandeira* llamada “India” – la *quimbanda* es algo así como el brazo armado de la umbanda, el arsenal dinámico de técnicas de “magia negra” y “hechicería”. Para hacerlo, Giobellina Brumana despliega una paleta de matices que diferencian este libro de sus obras anteriores, más estrictamente académicas. Sin escatimar confusiones, equívocos, asombro, ni tampoco por momentos ribetes de franco humorismo, “Diarios de la India” logra componer una descripción artesanal, por momentos novelesca, de las dimensiones más sensoriales, elementales y primarias del quehacer antropológico – no en vano la única referencia teórica es una obra proto-postmoderna, “La possession et ses aspects théâtraux chez les éthiopiens de Gondar”, de Michel Leiris, cuya sombra fantasmagórica anida tras cada recoveco de la trama. Este desmontaje de la alquimia en que se basa la “magia del etnógrafo”, por otra parte, aporta nuevos matices de reflexión sobre el tema turneriano – o más bien van gennepiano – que vertebró la obra científica de Giobellina Brumana: el esclarecimiento en clave religiosa de los fenómenos sociales de liminaridad y marginalidad.

Para contextualizar etnográficamente el diario, el autor presenta un estudio preliminar que resume sus hallazgos sobre las religiones subalternas de Brasil: el candomblé, el espiritismo kardecista, el pentecostalismo radical, el umbanda y su pintoresco panteón policromo compuesto de *caboclos*, *boiaderos*, *bahianos*, *marujos*, *ciganos*,

exus, *pombas gira* y *pretos velhos*. No deja de lado aspectos simbólicos de las religiones marginales, como la disección meticulosa de los panteones, o la importancia fundamental de la posesión y sus virtudes terapéuticas. Tampoco olvida los aspectos sociológicos de los cultos, como por ejemplo los acomodamientos, fracturas y tensiones con respecto a la medicina oficial, la cultura de masas o la política nacional.

Pero tal vez lo más interesante del trabajo sea la nítida caracterización de la multiplicidad de cultos periféricos; particularmente, de las relaciones weberianas de complementariedad, subordinación o competencia con respecto a las religiones oficiales, centrales o dominantes. Presos de la obsesión occidental con la pureza teológica, los cultos oficiales niegan toda legitimidad religiosa a los cultos subalternos confinándolos al plano político, criminal o psiquiátrico – en otras palabras, sus agentes jamás leyeron a Durkheim. Carentes en cambio de órdenes jerárquicos estrictos, de ortodoxias dogmáticas, de expectativas disciplinarias de fidelidad y exclusividad, los cultos subalternos no se molestan en poner en duda la legitimidad religiosa de los cultos oficiales; lo que impugnan es su pretensión de monopolizar la vida religiosa. Este juego dinámico de mestizajes, mixturas y superposiciones – por ejemplo entre catolicismo, candomblé y umbanda – constituye, así, el punto neurálgico del volumen. Podría argumentarse que no se trata de una idea nueva, y que las mismas líneas de fuerza pueden percibirse en cualquier otro juego de relaciones entre misioneros y especialistas religiosos amerindios; pero lo que cabe destacar en este caso, más allá de la finura de la documentación etnográfica, no es tanto el qué sino el cómo, reconociendo el sabor minimalista, abigarrado, casi caleidoscópico con que Giobellina Brumana ha conseguido retratar las religiones brasileñas.

Diego Villar

Gomes, Mércio Pereira: Antropologia. Ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008. 239 pp. ISBN 978-85-7244-383-8. Preço: R\$ 35,00

Não é comum encontrar em livrarias brasileiras introduções à antropologia escritas por colegas brasileiros e voltadas para os conteúdos específicos das grades curriculares da área neste país. Entre as poucas exceções merecem ser citadas “Relativizando. Uma introdução à antropologia social” (Petrópolis 1983), de Roberto Da-Matta, ou o já ultrapassado “Antropologia cultural. Iniciação teoria e temas” (Petrópolis 1982), de Luiz Gonzaga de Mello, enquanto a maioria das introduções são traduções de obras estrangeiras, como “Etnologia – Antropologia” (Petrópolis 1998), de Philippe Laburthe-Tolra e Jean-Pierre Warnier, ou “Aprender antropologia” (São Paulo 1988), de François Laplantine. Por outro lado, é muito interessante observar que as demandas de disciplinas de antropologia cultural atualmente parecem ser mais bem atendidas pelo mercado editorial com pequenas obras introdutórias para alunos cujo objetivo não é se formar em antropologia. Além disso, todo aluno de uma instituição brasileira de ensino superior que cursa alguma disciplina de antropologia parece ter contato com um

verdadeiro *bestseller* da área, o famoso livrinho “Cultura – um conceito antropológico” (Rio de Janeiro 1996, 11a edição), de Roque de Barros Laraia, o qual é mais uma introdução ao pensamento antropológico sobre cultura do que à própria área.

Neste contexto, o livro de Mércio Gomes, voltado para leitores brasileiros, tanto o grande público quanto, especificamente, o alunado do ensino superior, sem, no entanto, perder o nexo com debates internacionais, é uma contribuição muito bem-vinda para inovar o *corpus* deste tipo de literatura não só no Brasil, mas também no mundo lusófono em geral. O autor é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ficou conhecido tanto por seus trabalhos científicos, entre os quais se destacam “Os índios e o Brasil” (Petrópolis 1988; veja resenha em *Anthropos* 85.1990: 601s.) e “O índio na história. O povo Tenetehara em busca da liberdade” (Petrópolis 2002), quanto por sua atuação política, em particular no cargo de presidente do órgão indigenista, a FUNAI (setembro de 2003 a março de 2007). Embora seja difícil, em casos como este, tirar uma linha divisória categórica entre os aspectos acadêmicos e não-acadêmicos da biografia profissional, seria injusto avaliar a presente obra do ponto de vista da atuação política do autor, porém tenho certeza que uma parte dos colegas na antropologia brasileira deixar-se-ia influenciar, em seu julgamento do livro, pelas numerosas críticas feitas na época contra o então presidente da FUNAI.

Mas quais são as qualidades peculiares do livro? Uma delas é anunciada imediatamente no subtítulo: *ciência* do homem, *filosofia* da cultura. Ou seja, a conceituação da antropologia como uma ciência, e não uma arte, do ser humano em sua totalidade e, ao mesmo tempo, como uma forma de refletir sobre o que se convencionou chamar cultura. Reflexões e referências filosóficas permeiam todas as partes do livro, de modo que, de forma diferente de outras obras introdutórias, a relação da *ciência* antropologia com suas raízes filosóficas não foi cortada. A parte mais explícita encontra-se nas pp. 26–31: “Antropologia como filosofia da cultura”.

Do ponto de vista formal, chama a atenção de que não há nenhum capítulo introdutório propriamente dito e que os outros são baseados majoritariamente em áreas temáticas, ou subáreas, clássicas da antropologia, embora diversos temas mais recentes fossem incluídos ao lado dos tradicionais. Isto dá, inicialmente, a impressão de um certo conservadorismo temático. Durante a leitura, de fato, esta impressão é em parte confirmada, em parte relativizada. Percebe-se nitidamente a preocupação do autor com a formação clássica sólida dos alunos-leitores, sem querer fechar o olhar para temas contemporâneos.

O livro começa com um capítulo sobre a definição da antropologia em toda sua diversidade, em comparação com outras ciências, humanas e exatas, de acordo com o modelo americano da *four field anthropology*. No capítulo sobre o conceito de cultura, um dos mais interessantes, Gomes não só oferece uma tipologia de definições de cultura, mas também sua própria, que merece ser citada: “Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em

parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se” (36). Muitos colegas evitariam, ao ter a mesma tarefa de escrever um texto sobre o conceito antropológico de cultura, a se expor a críticas por elaborar uma definição própria, porém certamente concordariam com a maioria das partes constituintes daquela de Gomes. A expressão mais controversa é sem dúvida “o Absoluto”, explicado da forma seguinte: “... a cultura embute em si o reconhecimento de um limite de compreensibilidade de si mesma, e assim admite e elabora a existência de algo que está acima do cognoscível” (39). Dessa maneira fica claro que, o que à primeira vista parece ser religião, uma alusão ao Supremo do cristianismo ou de outras religiões, é de fato uma definição filosófica daquilo que Durkheim incluiu no conceito do “sagrado”. A definição específica do conceito de cultura dada por Gomes devia ser debatida no contexto de discussões contemporâneas, mas em todos os casos merece ser reconhecida certa originalidade.

Enquanto em outras obras agora seguiria uma apresentação da história da antropologia e de suas principais vertentes teóricas, a parte central do livro contém capítulos sobre metodologia (afinal, a antropologia é uma ciência); organização social e parentesco; antropologia econômica; antropologia política; religião, mitos e ritos; e antropologia urbana e outros temas (como racismo, globalização e uma antropologia do mundo capitalista). O livro é finalizado com um capítulo sobre a antropologia do Brasil e no Brasil, enquanto o último capítulo, com o título “O futuro da antropologia”, oferece uma visão muito sucinta das grandes vertentes teóricas clássicas e contemporâneas no contexto internacional.

Apesar da amplitude e diversidade dos pensamentos e teorias apresentados, é fácil perceber as preferências teóricas do autor: abordagens marxistas não-ortodoxas e a obra do filósofo brasileiro Luiz Sérgio Coelho de Sampaio (1933–2003). Tampouco custa reconhecer a formação muito ampla do autor, sua *Bildung*, traduzida num estilo eloquente e sofisticado de escrever, sem, no entanto, sacrificar a clareza de expressão. Diversos temas e assuntos complexos são muito bem explicados para leitores não familiarizados, como, por exemplo, sistemas de classes etárias ou o tema “raça”, tão caro a tantas pessoas na sociedade brasileira atual, destacando que o racismo no Brasil requer explicações e compreensões próprias.

A grande diversidade de temas, autores e idéias incluídos e apresentados faz com que nem sempre fosse possível tratá-los de forma adequada ou correta. Entre os temas que mereceriam modificações no caso de uma eventual segunda edição figuram gênero (84s.), uma parte reduzida, de forma caricatural, ao título “Homens e mulheres”, sem realçar devidamente o peso desta subárea na antropologia contemporânea; e o subcapítulo sobre cultura e meio ambiente (104–107), o qual foi inserido no capítulo sobre antropologia econômica, como em algumas obras mais antigas. Nesta última parte, algumas afirmações são bastante problemáticas e criticáveis como, por exemplo, a equação implícita de antropologia

ecológica e adaptacionismo e o uso da crítica à abordagem sociobiológica de Napoleon Chagnon como critério para avaliar o valor heurístico da ecologia cultural. No capítulo sobre antropologia política, por sua vez, a definição de política exclusivamente pelo conceito de poder e sua distribuição desigual certamente provocará discordância de muitos cientistas sociais.

Também seria necessário corrigir algumas grafias de nomes de autores como, por exemplo, *Fredrick* [sic] Engels (80) ou *Margareth* [sic] Mead (85) ou até substituir o nome de *Kurt Vogel* [sic!] por Karl August Wittvogel, o autor de *Oriental Despotism* (1957). Porém, fora estas sugestões formais e de conteúdo que se referem apenas a partes da obra, o autor merece grandes elogios por ter escrito uma nova introdução à antropologia que enriquece o *corpus* atual e que abre a visão dos leitores tanto para novos temas quanto para novos olhares para assuntos antigos. O autor desta resenha já usou o livro em sala de aula e constatou muitas reações positivas por parte dos alunos.

Peter Schröder

Graburn, Nelson H. H., John Ertl, and R. Kenji Tierney (eds.): *Multiculturalism in the New Japan. Crossing the Boundaries Within*. New York: Berghahn Books, 2008. 252 pp. ISBN 978-1-84545-226-1. (Asian Anthropologies, 6) Price: £ 42.50

In this volume, the editors publish the results of the conference “Japan: Crossing the Boundaries Within,” which was held at the University of California, Berkeley in 2002. The conference dealt with changing perceptions on “foreignness” in Japan. For a long time in its postwar history, Japan has been seen as not welcoming foreigners. The myth of Japan being a “homogeneous” country, in which only one ethnicity, language, and culture can be found, coupled with the notion that the Japanese culture is “unique” in the world, has often led to the idea that Japan did not do well in integrating foreigners in its post-war years.

In defiance to this stereotype, all contributors look at the transitions Japan has undergone in this respect in recent years, and how well the concept of “multiculturalism” (*tabunka kyôsei* in Japanese) has reached the grass-roots of Japanese society. The term “New Japan” comes from the idea that the editors believe that Japan is again in a phase of transition, away from the stereotypical image held inside and outside of Japan towards a more open, “multicultural” society. The volume is heterogeneous to its very core, uniting chapters on internationalism in Japanese economy as well as interfaith cooperation in a Japanese city, presenting a broad, mostly anthropological perspective on Japanese society.

In the introduction, Nelson Graburn and John Ertl provide the background to the topic, presenting Japan’s way of dealing with the rest of the world both from a historical as well as from a sociological perspective. Graburn and Ertl refer to the concepts of *uchi* and *soto*, the inside and the outside world, which, supposedly “unique” to Japan, define the “Japanese way” of categorizing the world. By nature, foreigners are “outside” of Japan, leav-

ing the “inside” occupied by ethnically Japanese people only, but by coming into the country not just temporarily, foreign residents in Japan subvert these categories. With growing numbers of foreigners, it became increasingly problematic to define Japan as “homogeneous” and so multiculturalism has now become the new slogan.

In the first chapter, Yasuko I. Takezawa looks at the earthquake in January 1995 in Kobe (dubbed the Great Hanshin-Awaji Earthquake in Japanese) and its impact on multiculturalism. After the quake, many issues regarding foreign residents in the city of Kobe came up. Although Kobe, one of Japan’s major port cities, has already had an image of “internationality” long before the idea was even brought up in Japan, legal issues as to what constitutes a “resident” of Kobe, surfaced on the macrolevel. On the microlevel, as Takezawa proves aptly by participant observation in the Nagata ward of Kobe, interethnic cooperation has increased. Communities that so far had tried to avoid each other were united by the same devastating experience, so that stereotypes were slowly dismantled.

The next chapter by Tomoko Hamada deals with the changes in the public perception of foreign executives in Japan. Focusing on the merger between the French company Renault and the Japanese carmaker Nissan, she describes how well the newly appointed CEO has been integrated into the corporation – and how he was presented as “saving” Nissan (and thus Japanese jobs) from bankruptcy. This new image of the foreign executive was contrary to the common one as a “ruthless job-chopper” (43). Her deductions are based upon interviews with mid-level managers. Although the midlevel managers suffered under the restructuring of the company, most of them gave a bleak picture of the Japanese management prior to the merger – while highlighting the changes the new “international” management had made. Hamada’s article provides amplitude of numbers and background, however, her analysis is at times a little short.

In the following, Chris Burgess talks about international marriage migrants in the rural province of Yamagata who might indeed come to act as agents of multiculturalism. For a long time, the Japanese countryside was seen as particularly homogeneous, consisting of farming families only. In recent years, with jobs in agriculture declining and an ongoing migration away from the rural areas, many foreign women have come to live there. While, as Burgess describes, these women outwardly try to accept the status quo, they make small changes inside the home, propagating foreign cultures and diets.

Another example from the rural area is brought forward by John Ertl. He draws upon his own experiences in a village on the Japanese countryside as an international coordinator similar to those in the JET programme (a programme promoted by the Japanese government bringing in young foreigners mainly to teach English and to work in international departments of city offices). Although Ertl felt that he was sometimes being showcased, his overall reception in this rural area was warm, and he feels that these programmes do indeed promote multiculturalism to some extent.